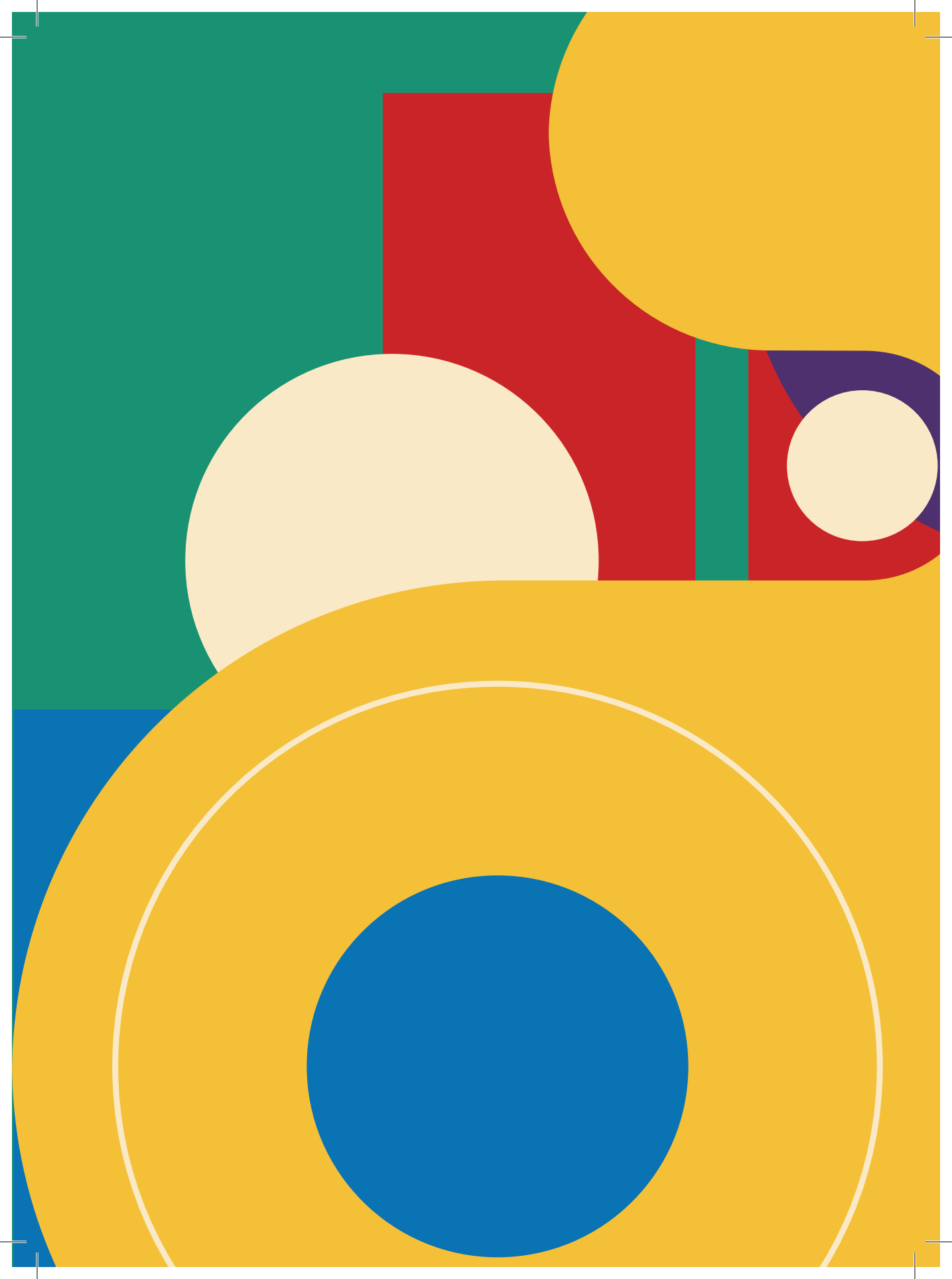


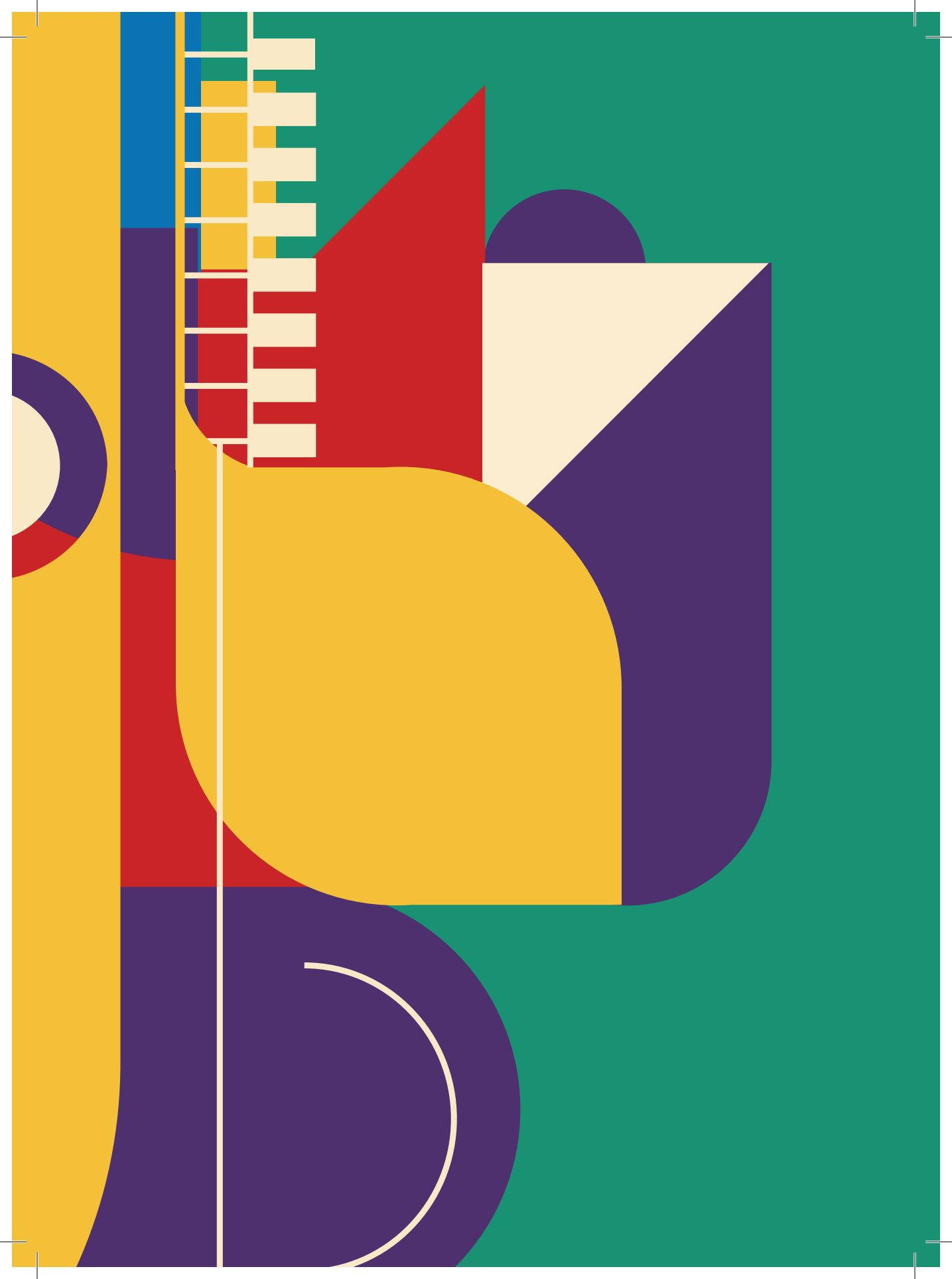


TERRITÓRIOS DA CULTURA

CUIDAR, CONECTAR, TRANSFORMAR

*Guia de Gestão e Articulação Territorial
de Equipamentos Culturais*





Esta publicação tem a cooperação da UNESCO no âmbito do projeto 914BRZ026, o qual tem o objetivo de produzir uma cartilha institucional voltada aos gestores dos equipamentos que integram o Programa Territórios da Cultura. As indicações de nomes e a apresentação desta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites. As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.



B823t

Brasil. Ministério da Cultura.

Territórios da cultura : cuidar, conectar, transformar : guia de gestão e articulação territorial de equipamentos culturais / Ministério da Cultura, Subsecretária de Espaços e Equipamentos Culturais. – Brasília : Ministério da Cultura/SEEC, 2025.

86 p. : il. color.

Vários colaboradores.

1. Programa Territórios da Cultura - Brasil. 2. Equipamento cultural - Brasil. 3. Política cultural – Brasil. I. Subsecretária de Espaços e Equipamentos Culturais. II. Título.

CDD 306.40981

CDU 316.72(81)

Luiz Inácio Lula da Silva
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Geraldo Alckmin
VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Margareth Menezes da Purificação
MINISTRA DE ESTADO DA CULTURA

Márcio Tavares
SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Cecília Gomes de Sá
SUBSECRETÁRIA DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS - SEEC

EQUIPE TÉCNICA

Américo Córdula
CRIAÇÃO E CONSULTORIA

Rafael Monteiro
DESIGN E PROJETO GRÁFICO

EQUIPE SEEC/MINC

Ariadne Ketini Costa de Alcântara
Izabel Torres Cordeiro
Maria Carolina Prado Lage
Nicolle Malta Pontes Freire
Vanessa de Santana Coelho Falcão

MINISTÉRIO DA CULTURA
Subsecretaria de Espaços e Equipamentos Culturais - SEEC

(61) 2024-2859 (fixo e whatsapp)
territoriosdacultura@cultura.gov.br



APRESENTAÇÃO

O programa Territórios da Cultura é uma política pública que surge das demandas dos territórios e das comunidades, em diálogo com as pessoas e suas realidades, e expressa uma diretriz do Governo Federal: promover políticas culturais conectadas com a diversidade social, cultural e territorial que constitui o Brasil e com as múltiplas formas de fazer cultural. Por isso, fortalecemos e ampliamos políticas culturais com a colaboração das pessoas, reconhecendo as complexidades, pluralidades e potencialidades do acontecimento cultural.

Essa visão nasce também da própria experiência de vida de nosso Presidente Lula, um homem que veio de um deserto de acesso à escola, à alimentação e à cultura, como ele mesmo compartilha em sua história. É a partir dessa trajetória que compreendemos o compromisso do seu governo de garantir a todos os brasileiros e brasileiras o direito às ferramentas culturais como condição básica de existência.

Eu mesma, como mulher negra da periferia de Salvador, sou testemunha do impacto transformador que um equipamento cultural dentro da escola foi capaz de produzir na minha vida e na vida da minha família. E essa experiência, mesmo que individual, demonstra a força das políticas culturais como vetor de inclusão, emancipação e dignidade.

O Ministério da Cultura compreende os equipamentos culturais como instrumentos estratégicos de cidadania, inclusão, emancipação e transformação social. São espaços que acolhem as pessoas em suas comunidades, criam pertencimento, garantem oportunidades para as juventudes e as infâncias e promovem o encontro entre diferentes gerações.

Para termos equipamentos culturais de qualidade é fundamental investir na capacitação e formação dos gestores culturais, fortalecer processos participativos de gestão e decisão comunitária e oferecer aos municípios ferramentas acessíveis para planejar, administrar e dinamizar esses equipamentos.

Por isso, o Ministério da Cultura, a partir da Subsecretaria de Espaços e Equipamentos Culturais (SEEC), apresenta a “Cartilha Territórios da Cultura – Cuidar, Conectar, Transformar – Guia de Gestão e Articulação Territorial de Equipamentos Culturais”, que é um material prático, com linguagem simples e elaborado especialmente para apoiar gestores e gestoras culturais em pequenos e médios municípios, onde muitas vezes a infraestrutura cultural não existia ou está acabando de se formar. Na cartilha vocês, gestores e gestoras, vão encontrar exemplos, modelos de gestão, formas de articulação em rede e caminhos para integrar a comunidade em todas as etapas do processo.

Com esta cartilha queremos também fazer um convite: para coletivamente compreendermos os equipamentos culturais como espaços vivos, de aprendizado e partilha, e que quando são bem planejados e geridos com participação popular, são motores de transformação - promovem a educação cidadã por meio da cultura, estimulam a mobilização e o protagonismo social, fortalecem o senso de pertencimento e ampliam a circulação da cultura, da arte e do conhecimento no dia a dia das comunidades.

Os Territórios da Cultura compreendem os **CEUs das Artes, os CEUs da Cultura e os MovCEUs**.

Os CEUs das Artes, desde sua criação, se tornaram referência de centros de articulação de políticas públicas nos territórios periféricos. Iniciada em 2010 por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), já demonstrou impactos relevantes nas cidades brasileiras, contribuindo para reduzir a evasão escolar, ampliar a convivência comunitária e diminuir índices de violência. Essa experiência comprova que políticas públicas culturais qualificam territórios, ampliam repertórios culturais e fortalecem laços sociais.

Agora, avançamos em nossas políticas de equipamentos culturais com os CEUs da Cultura e os MovCEUs, dando um passo mais alargado e qualificado para democratizar o acesso e garantir que as políticas públicas da cultura estejam presentes em todas as regiões, cidades e comunidades do país – inclusive por meio da mobilidade do equipamento cultural, que vai até o território e se adapta às suas dinâmicas próprias.

A cultura é dimensão simbólica, cidadã e econômica; é produtora de sentidos, identidades e memórias; é geradora de emprego e renda; movimenta a economia. E é também elemento estruturante das cidades: organiza os espaços públicos, cria pontes, redes e vínculos comunitários. Por isso, defendemos a importância de uma gestão cultural fortalecida nos municípios, nos territórios, capaz de dialogar com o planejamento urbano e com as políticas de juventude, de educação, de inclusão e diversidade.

Ao nacionalizar e democratizar o acesso aos recursos e à infraestrutura cultural, afirmamos que não existe “resto do Brasil”. Existe um único país, múltiplo e diverso, e o nosso dever é garantir o direito de todas e todos viverem, produzirem e usufruírem plenamente a cultura.

A cartilha que apresentamos é parte desse esforço: uma ferramenta de empoderamento e apoio para que cada município, cada gestor e gestora, cada bairro e comunidade possa transformar, mobilizar e acolher seus territórios pela força e potência da cultura. Que este guia seja inspiração e instrumento concreto, eficiente e acessível para gestores, coletivos e comunidades. Que possa auxiliar, conectar e transformar realidades, ampliando as condições para que cada brasileiro e brasileira experimente, crie, sonhe e viva cultura.

Seguiremos juntos e juntas na construção de um Brasil mais justo, democrático e inclusivo – em que equipamentos e espaços culturais sejam elementos estruturantes, mobilizadores e democratizantes de nossas cidades, da nossa cidadania e da nossa vida em comunidade.

Margareth Menezes
Ministra de Estado da Cultura

SUMÁRIO



5 Apresentação


10 Introdução

12 Territórios da Cultura

19 Equipamentos Culturais

27 Roteiro para Criação e Gestão
de Equipamentos Culturais

48 Metodologias de Ativação Cultural
e Desenvolvimento Comunitário



52 Construção de Programação Cultural Colaborativa

57 Ferramentas Práticas e Operacionais

64 Referências, Leis e Documentos de Apoio

71 Anexos



CEU das Artes de Maceió/AL

1. INTRODUÇÃO

Bem-vindo a **Cartilha Territórios da Cultura – Cuidar, Conectar, Transformar - Guia de Gestão e Articulação Territorial de Equipamentos Culturais** uma ferramenta prática e acessível voltada para gestores culturais, focado em equipamentos culturais. Este material foi desenvolvido para oferecer orientação clara sobre como criar, gerenciar e manter equipamentos culturais em diversos contextos, com foco em pequenos e médios municípios que podem estar começando sua jornada na área da gestão cultural.

A Cartilha busca proporcionar aos gestores, um guia passo a passo sobre como organizar e dinamizar espaços que promovam a cultura e o acesso à arte de forma inclusiva e transformadora. Através de informações objetivas e exemplos práticos, abordaremos aspectos como os tipos de equipamentos culturais, modelos de gestão, planejamento, articulação em rede e a importância da participação comunitária.

Nosso objetivo é garantir que todos os gestores tenham o conhecimento necessário para implementar e manter espaços culturais que atendam às necessidades de suas comunidades, contribuindo para o desenvolvimento cultural, social e econômico dos territórios.

Abordaremos como implementar o tema dos equipamentos culturais na política do território, marcos legais, recursos disponíveis e ferramentas de gestão. Ao longo deste material, você encontrará explicações simples, imagens ilustrativas, dicas úteis e referências para consulta, facilitando o seu aprendizado e aplicação das boas práticas da gestão cultural.



Importante!

A gestão de um equipamento cultural é uma missão importante e desafiadora, mas com dedicação, planejamento e a colaboração da comunidade, é possível transformar o espaço em um verdadeiro polo de cultura, pertencimento e desenvolvimento.

Que esta cartilha seja um ponto de partida para o fortalecimento da cultura em sua cidade e região!



CEU DAS ARTES RESSACA - Contagem/MG- Foto: Ronnie Von

2. TERRITÓRIOS DA CULTURA

Territórios da Cultura são espaços físicos e simbólicos onde as comunidades praticam e valorizam suas manifestações culturais, fortalecem suas identidades e trocam saberes e experiências. Esses territórios vão além dos espaços físicos, como teatros, museus e praças; eles também incluem os locais onde as pessoas vivem e realizam suas tradições, costumes e formas de expressão cultural.

O que faz um território ser um Território da Cultura?

Um Território da Cultura existe quando as pessoas e comunidades utilizam um espaço para:

- **Valorizar a diversidade cultural**, criando ambientes em que diferentes grupos sociais e culturais podem conviver, dialogar e aprender uns com os outros, promovendo respeito às diferenças e enriquecendo a experiência coletiva.
- **Promover práticas artísticas e culturais variadas**, como artes cênicas, música, dança, teatro, circo, audiovisual e outras formas contemporâneas de expressão, estimulando a criatividade, o acesso e a participação ativa da população.
- **Incentivar a inovação e a criatividade**, permitindo que ideias novas e soluções criativas sejam experimentadas, desde processos artísticos até formas de gestão participativa, usando novas tecnologias, mídias digitais e ferramentas colaborativas.
- **Garantir o acesso e uso das tecnologias culturais**, oferecendo recursos digitais, cursos, oficinas e atividades voltadas para a apropriação tecnológica pela comunidade, gerando novas oportunidades de aprendizado, expressão e inclusão digital.
- **Preservar e compartilhar saberes tradicionais e contemporâneos**, proporcionando o diálogo entre tradição e inovação, fortalecendo identidades locais e promovendo o intercâmbio entre gerações.
- **Construir relações e redes comunitárias**, fortalecendo vínculos sociais e culturais por meio da troca de experiências, práticas colaborativas, mediação cultural e ações educativas.

O papel dos Territórios da Cultura na sociedade

Esses territórios são fundamentais porque ajudam as pessoas a conhecer e preservar suas culturas, criando também oportunidades para:

- Formar público para as artes e para a cultura, por meio da realização de atividades artísticas, educativas e culturais.
- Ampliar o repertório simbólico das pessoas, permitindo que elas conheçam outras culturas e modos de vida para fortalecer sua própria cultura.
- Realizar mediação cultural, criando diálogos entre diferentes formas de expressão cultural e incentivando a inclusão e o respeito às diferenças.
- Garantir o exercício pleno da cidadania cultural, com comunidades participando ativamente da gestão e tomada de decisões sobre os espaços e atividades culturais.

Como cuidar dos Territórios da Cultura por meio das Políticas Públicas?

Para fortalecer os Territórios da Cultura é essencial que haja uma articulação integrada entre as três instâncias de governo (federal, estadual e municipal), conforme previsto no Sistema Nacional de Cultura por meio de um pacto federativo. Isso significa que:

O **governo federal** estabelece diretrizes nacionais, oferece recursos financeiros e apoio técnico.

Os **governos estaduais** orientam e coordenam as políticas culturais em suas regiões, garantindo que as necessidades locais sejam consideradas.

Os **governos municipais** cuidam da gestão diária desses territórios, promovendo uma relação direta com as comunidades e fortalecendo as práticas culturais locais.

Além disso, é fundamental que essas políticas públicas tenham ações específicas para:

- Mapear e valorizar expressões culturais existentes nas comunidades.
- Realizar ações contínuas de mediação cultural e formação de público, permitindo que mais pessoas tenham acesso às atividades culturais, ampliando seu repertório e estimulando sua participação.
- Promover processos participativos de gestão e decisão comunitária, garantindo que as pessoas se sintam representadas e responsáveis por esses espaços.
- Garantir que as programações culturais sejam inclusivas, diversas e contínuas, contribuindo para a formação cidadã por meio da cultura.
- compreender desde equipamentos culturais institucionalizados até territórios ancestrais, tradicionais e comunitários.

2.1 O Programa Territórios da Cultura

O **Programa Territórios da Cultura** é uma iniciativa do Ministério da Cultura, em parceria com prefeituras e governos estaduais, que visa promover e fomentar uma rede de espaços e equipamentos culturais (em territórios periféricos) articulados às políticas do Governo Federal, especialmente nas regiões que enfrentam maiores desafios de acesso a equipamentos culturais.

Pertencimento e mobilização social. Essas são as bases do Programa Territórios da Cultura. E isso é potencializado a partir da presença de equipamentos culturais físicos e itinerantes como elementos articuladores e qualificadores do ambiente urbano em áreas de vulnerabilidade social.

Além disso, prevê a articulação desses espaços em rede com atores e políticas públicas como os Pontos e Pontões de Cultura, Comitês de Cultura, agentes, conselhos, escolas, artistas, lideranças comunitárias, ONGs, entre outros – que, com base em trocas e intercâmbios regionais e nacionais, enriquecem seus repertórios e oportunidades.

Neste capítulo, vamos explorar os marcos legais, seus objetivos, princípios e diretrizes, e a importância dos **Territórios da Cultura** no fortalecimento da gestão cultural nos municípios.

A **Portaria MinC n. 68, de 29 de setembro de 2023**, é o marco legal e institucional **Programa Territórios da Cultura**. Ela estabelece as diretrizes para a criação de uma **rede de espaços e equipamentos culturais**, prioritariamente em **territórios periféricos** e locais de difícil acesso, com o objetivo de integrar diversas iniciativas do **Ministério da Cultura (MinC)**, voltadas para a ampliação da oferta de espaços culturais no Brasil.

A portaria reforça a **prioridade da capilarização** das ações culturais, buscando garantir que as populações de territórios mais afastados dos grandes centros urbanos tenham acesso a espaços adequados para o desenvolvimento e fruição da cultura. A proposta é fortalecer e dinamizar a rede de **equipamentos culturais** como centros de arte e cultura, que possam atender a comunidades com diferentes necessidades e realidades locais.

2.2 Objetivos, Princípios e Diretrizes

O Programa Territórios da Cultura tem como principais objetivos:

- Capilarizar as Ações Culturais em todas as regiões do país, inclusive territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais, favelas e comunidades urbanas, assentamentos rurais e pequenas cidades, especialmente aqueles que não possuem infraestrutura adequada para a realização de atividades culturais.
- Fortalecer a Identidade Cultural Local: Valorizar as manifestações culturais de cada região, promovendo o reconhecimento das culturas locais e criando um senso de pertencimento nas comunidades.
- Promover o Desenvolvimento Social e Econômico: A cultura é vista como um vetor de transformação social e geração de emprego e renda. O programa busca, ampliar repertórios e desenvolver habilidades e aptidões, fomentar a economia criativa e proporcionar às comunidades novas oportunidades de desenvolvimento por meio de suas expressões culturais.
- Integrar as Políticas Culturais ao Desenvolvimento Local: O programa atua em conjunto com as políticas públicas municipais, estaduais e federais para garantir uma abordagem integrada e sustentável na gestão cultural.

Princípios fundamentais:

- Inclusão: Assegurar o direito à fruição e participação cultural de todos, reconhecendo os saberes e práticas já presentes nos territórios, sem discriminação.
- Diversidade: Promover a valorização da diversidade cultural de cada região.
- Participação Social: Envolver as comunidades na criação e execução das políticas culturais, por meio de conselhos gestores e fóruns de debate.
- Sustentabilidade: Garantir que os espaços culturais sejam sustentáveis, com modelos de gestão que viabilizem sua manutenção no longo prazo.

Diretrizes do Programa:

I - Fortalecimento da dimensão cultural nas representações sociais e simbólicas de territórios periféricos;

II - Produção de edificações de alta qualidade arquitetônica, caracterizada pelo destaque estético e pela observância das normas técnicas no que tange aos requisitos de acessibilidade, sustentabilidade, conforto ambiental e eficiência energética;

III - Fortalecimento do senso de pertencimento, da mobilização social, da solidariedade e da cooperação entre as pessoas que habitam um determinado território;

IV - Incentivo ao planejamento participativo e à gestão compartilhada dos equipamentos de infraestrutura cultural;

V - Estímulo ao intercâmbio, à troca de conhecimento e à retroalimentação cultural entre centros e periferias a partir da atuação em rede e conexão entre equipamentos culturais de escalas diversas; e

VI - Fomento à cooperação federativa com vistas à integração das políticas de cultura em nível federal, estadual e municipal e à articulação intersetorial com outras políticas de reatamento territorial, para o pleno funcionamento da infraestrutura cultural produzida no âmbito do Programa Territórios da Cultura.



Importante!

A participação ativa da comunidade é essencial para o sucesso do programa. Gestores e artistas locais desempenham um papel fundamental na implementação de ações que atendam às reais necessidades e expectativas da população.

Escaneie o QR Code e confira o mapa dos Territórios da Cultura, ou acesse o link:

<https://bit.ly/4nu3Kbb>





3. EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Os **Equipamentos Culturais** desempenham um papel fundamental no desenvolvimento cultural, social e econômico das regiões onde estão localizados. Eles são mais do que apenas estruturas físicas; são **espaços de convivência, aprendizado e expressão artística**, fundamentais para a formação de uma sociedade culturalmente rica e diversificada.

O **Programa Territórios da Cultura** busca não apenas a criação de novos equipamentos, mas também a integração e o fortalecimento de uma rede de espaços culturais, considerando os existentes nos municípios.

Nesta seção, exploraremos o conceito de **equipamento cultural, os tipos de equipamentos culturais** previstos no programa, e como os territórios podem estabelecer uma rede articulada de espaços de criação, fruição e convivência cultural, fortalecendo a diversidade e o direito à participação cultural.

3.1 Espaço Cultural e Equipamentos Culturais: ampliando o olhar sobre os Territórios da Cultura

Quando falamos em cultura nos municípios, é comum pensar apenas nos equipamentos tradicionais como teatros, museus, bibliotecas e centros culturais públicos. Mas a cultura vai muito além disso. Ela acontece todos os dias em muitos outros espaços que, mesmo sem uma placa ou prédio formal, são fundamentais para a vida e a identidade das comunidades.

Espaço cultural é todo lugar onde a cultura vive, se expressa e é transmitida. Pode ser um terreiro tradicional, uma aldeia indígena, uma feira popular, a sede de um grupo de maracatu ou mesmo uma praça onde jovens se reúnem para fazer arte. Esses espaços guardam histórias, saberes e tradições que fazem parte da memória viva do território.

Inspirado pelo pensamento do geógrafo Milton Santos, entendemos que o espaço não é só um lugar físico, mas também o resultado das relações humanas, das práticas sociais e culturais que acontecem nele. É um espaço vivo, cheio de sentidos e significados.

Compreendido pelos espaços simbólicos, comunitários, tradicionais, periféricos e de uso coletivo – como praças, feiras, terreiros, ruas, quintais,

coretos, ocupações culturais, casas de mestres e mestras da cultura popular, entre outros – desde que sejam ativados por práticas culturais reconhecidas socialmente.

Por isso, o conceito de equipamento cultural também precisa ser ampliado. Além dos prédios públicos ou instituições culturais formais, devemos reconhecer e valorizar os espaços comunitários, tradicionais e populares como equipamentos culturais. Eles também produzem cultura, educam, acolhem e fortalecem a identidade local.

Equipamento cultural é todo espaço estruturado e reconhecido – formal ou informalmente – como lugar de produção, fruição, circulação, memória ou formação cultural, que desempenha papel ativo na vida cultural de um território.

Tradicionalmente, equipamentos culturais referem-se a estruturas físicas planejadas e instituídas para fins culturais, como bibliotecas, teatros, museus, centros culturais, cinemas, casas de cultura e CEUs.

É papel do gestor público olhar com atenção para esses espaços, ouvir quem os mantém vivos, e incluí-los nas políticas culturais do município. Quando um terreiro, uma aldeia, um quilombo ou um coletivo de juventude são reconhecidos como parte da política cultural, estamos construindo um território mais justo, diverso e representativo.

Ampliar o conceito de equipamento cultural é essencial para que todas as formas de cultura tenham seu lugar garantido nas políticas públicas.

3.2 Tipos de Equipamentos Culturais do Programa

Os equipamentos culturais do Programa Territórios da Cultura são pensados de forma sistêmica, com funções específicas para cada modalidade:

- Equipamentos de Referência - são equipamentos grandes, com infraestrutura de biblioteca, salas de cine-teatro, formação, laboratórios digitais, espaços lúdicos e acessíveis, quadras de esporte e assistência social.
- Equipamentos de Aproximação - são equipamentos médios e dedicados a práticas artísticas, atende bairros e periferia.
- Equipamentos de Intercâmbio - são equipamentos móveis, destinados à circulação e intercâmbio que atingem zonas de difícil acesso.

O programa contempla os seguintes equipamentos:

CEU DAS ARTES

Os CEUs das Artes, equipamento de referência, que integra em um mesmo espaço programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital.

Funções principais:

- Promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.
- Realização de práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho e serviços socioassistenciais
- Ações culturais e de lazer para a comunidade local.
- Capacitação de artistas locais e promoção de cultura comunitária.



Dica!

A integração com escolas e instituições educativas locais pode potencializar o impacto dos CEUs. Considere parcerias para promover atividades educativas que envolvam as gerações mais jovens.

CEU das Artes – Anchieta/PA. Foto: Jonas Pereira



CEU DA CULTURA

Os CEUs da Cultura são equipamentos de aproximação de menor escala, específicos para a área da cultura, com possibilidade de ampliação de acordo com as potências e carências da comunidade, formado por espaços associados à expressão corporal, arte, educação, trabalho e renda, meio ambiente, entre outras atividades interrelacionadas à cultura. Um importante espaço para valorização da diversidade cultural e promoção do convívio, aprendizado, fruição e produção cultural em áreas de vulnerabilidade social.

Funções principais:

- Projeto arquitetônico é modular: possui um Núcleo Básico, com biblioteca, coworking, sala multiuso, estúdio de gravação, canto da leitura, banheiros, administração e uma cantina comunitária.
- Outros módulos eletivos podem ser complementados a partir das definições da comunidade de acordo com seus interesses e particularidades do lugar, que podem envolver: ateliê de artes, sala de dança e práticas circenses, fablab, cozinha comunitária, cineteatro, quadra policultural e/ou parque infantil.



Dica!

A programação deve ser variada e inclusiva, envolvendo diferentes linguagens artísticas e expressões culturais, para atrair públicos de diversas faixas etárias e contextos sociais.

Renderização Fachada Céu da Cultura/SEEC/MinC



MOV CEU

O MovCEU é um equipamento de intercâmbio cultural itinerante que leva e difunde as produções culturais a diversas regiões, especialmente aquelas de difícil acesso. São equipamentos culturais sobre rodas, que transportam atividades culturais, como cinema, música, teatro e literatura, para as comunidades mais distantes ou em situação de vulnerabilidade.

Funções principais:

- Promoção da cultura e ampliação do alcance das ações culturais.
- Acesso a infraestrutura cultural em localidades afastadas dos centros urbanos.
- Mobilização social e cultural, oferecendo à comunidade uma nova forma de interação com as manifestações artísticas.
- Intercâmbio cultural entre periferias e áreas centrais.



Dica!

Logística eficiente e parcerias locais são cruciais para o sucesso do MovCEU. Certifique-se de que o transporte, a montagem e a operação do equipamento sejam bem planejados.



3.3 Rede de Equipamentos Culturais no Território

A rede de equipamentos culturais é essencial para garantir que as políticas culturais se enraízem nos territórios, incorporando os espaços já existentes, promovendo ambientes de **fruição, criação e convivência, e articulando as diversas iniciativas culturais de cada município de forma integrada e contínua.**

Passos para estabelecer uma rede eficiente de equipamentos culturais:

Mapeamento dos espaços culturais existentes:

Identificar os equipamentos culturais já presentes no território e avaliar suas condições de funcionamento, infraestrutura e acessibilidade.

Planejamento colaborativo:

Envolver a comunidade e os gestores culturais locais na criação e implementação de novos espaços culturais, garantindo que as ações atendam às necessidades e expectativas da população.

Fortalecimento da rede:

Fomentar a colaboração entre os diversos equipamentos culturais, seja no nível local, regional ou nacional, criando uma rede sólida e interligada que possa compartilhar recursos, experiências e boas práticas.

Integração com o Sistema Nacional de Cultura (SNC):

Assegurar que todos os espaços culturais do território estejam integrados ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), alinhando as políticas e ações culturais com as diretrizes nacionais e regionais.

Promoção de uma gestão participativa:

Garantir que os espaços culturais sejam geridos de forma participativa e democrática, com a inclusão da comunidade local nas decisões sobre a programação e atividades culturais.

O que é uma Rede de Equipamentos Culturais?

A **Rede de Equipamentos Culturais** é o conjunto articulado de espaços, formais e informais, que promovem, preservam e dinamizam a cultura em um território. Essa rede inclui tanto os equipamentos públicos institucionais (como bibliotecas, museus, teatros e centros culturais), quanto os espaços comunitários, tradicionais, indígenas, afro-brasileiros e populares, como terreiros, aldeias, quilombos, feiras culturais, casas de cultura e pontos de cultura.



Conclusão: A Importância de Constituir uma Rede de Equipamentos Culturais

A constituição de uma **rede de equipamentos culturais** é uma estratégia fundamental para consolidar políticas públicas de cultura que sejam **territorializadas, sustentáveis e socialmente transformadoras**. No âmbito do Programa Territórios da Cultura, essa rede não se limita à infraestrutura física; ela se constrói a partir do **reconhecimento dos espaços existentes, da valorização das práticas culturais locais e da articulação entre sujeitos, instituições e territórios**.


Uma rede de equipamentos culturais promove **a circulação de saberes, experiências e programações**, conectando comunidades urbanas, rurais, periféricas, tradicionais e indígenas. Essa articulação permite **trocas entre gestores, artistas, mestres da cultura e coletivos**, contribuindo para o aprimoramento da gestão, a ampliação da participação social e o fortalecimento das identidades locais.

Ao integrar diferentes tipos de espaços – formais e informais, públicos e comunitários – essa rede torna-se um **sistema vivo de presença cultural nos territórios**, capaz de dinamizar a formação de público, estimular o protagonismo local e viabilizar ações cooperadas em escala regional e nacional.

Constituir uma rede de equipamentos culturais é mais do que conectar espaços físicos: é **tecer vínculos entre pessoas, territórios e culturas**, promovendo justiça cultural, democracia e transformação social a partir da cultura.

Centro Cultural do Cariri Sérvulo Esmeraldo - Crato/CE
Foto: Samuel Macedo





4. ROTEIRO PARA CRIAÇÃO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS

A **gestão dos equipamentos culturais** é um dos pilares para garantir que os espaços culturais desempenhem efetivamente seu papel de **promoção da cultura, acesso democrático e desenvolvimento social**. Esta seção busca fornecer uma compreensão clara e acessível sobre como administrar esses equipamentos de maneira eficaz, considerando aspectos como **criação, manutenção, modelos de gestão, e as metodologias de ativação cultural**.

A gestão eficiente de equipamentos culturais não se resume apenas à administração financeira, mas envolve também a **gestão das pessoas, o planejamento de programação, e a manutenção constante dos espaços**. A boa gestão é fundamental para garantir que os equipamentos culturais se mantenham sustentáveis, acolham a comunidade e sejam pontos de referência cultural.

A criação e a gestão de equipamentos culturais em territórios diversos exige planejamento técnico, sensibilidade social e compromisso político com a diversidade e a inclusão cultural. Para apoiar gestores municipais, lideranças comunitárias e equipes de cultura na construção ou requalificação desses espaços, este capítulo apresenta um roteiro prático baseado em **dez etapas estratégicas**, organizadas para garantir a sustentabilidade, eficiência e impacto social positivo dos centros culturais.

Estas etapas compõem uma visão sistêmica da gestão cultural e podem ser adaptadas conforme o porte do município, o tipo de equipamento (formal ou informal) e o público atendido.

AS DOZE ETAPAS PROPOSTAS:

- 1** PLANEJAMENTO
- 2** GESTÃO COMPARTILHADA
- 3** GESTÃO DE PESSOAS
- 4** GESTÃO DE RECURSOS
- 5** PROCESSO E ROTINAS
- 6** ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO
- 7** PROGRAMAÇÃO E CURADORIA
- 8** FORMAÇÃO DE PÚBLICO
- 9** ACESSIBILIDADE CULTURAL
- 10** ESTRATÉGIAS PARA ORÇAMENTO
- 11** PARCERIAS
- 12** MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

4.1. Planejamento

O planejamento é a etapa inicial e estruturante da criação ou requalificação de qualquer equipamento cultural. Um planejamento bem fundamentado garante que o espaço seja sustentável, alinhado às necessidades da comunidade e integrado às políticas públicas nacionais de cultura. A seguir, destacam-se os principais elementos a serem considerados:

Integração ao Sistema Nacional de Cultura (SNC)

Alinhar o equipamento cultural ao Sistema Nacional de Cultura é essencial para garantir a gestão integrada, colaborativa e contínua das políticas culturais. Isso inclui:

- Atender as diretrizes e ações relacionadas a equipamentos culturais da Conferência Municipal de Cultura;
- Estar inserido no Plano Municipal de Cultura;
- Adotar diretrizes da Política Nacional de Cultura;
- Participar dos mecanismos federativos de gestão (SNC, CNPC).

Essa integração fortalece o diálogo entre os entes federados e abre caminhos para cooperação técnica e acesso a recursos e programas federais.

Fortalecimento do Conselho Municipal de Cultura

Um Conselho Municipal de Cultura ativo e plural é peça-chave para assegurar a participação social e o controle democrático sobre a gestão dos equipamentos culturais. Recomenda-se:

- Garantir composição paritária (governo/sociedade civil);
- Incentivar a renovação de representantes;
- Promover reuniões periódicas com pautas vinculadas aos equipamentos.

Implantação do Fundo Municipal de Cultura

A criação ou ativação de um Fundo Municipal de Cultura é fundamental para garantir sustentabilidade financeira aos equipamentos. Esse fundo pode ser abastecido por:

- Recursos orçamentários do município;
- Repasses de outras esferas;
- Editais, emendas parlamentares, contrapartidas e incentivos.
- A cartilha poderá indicar caminhos, mas é papel do MinC orientar tecnicamente sua regulamentação e operação.

Planejamento Estratégico

A elaboração de um plano estratégico orienta as ações de curto, médio e longo prazo do equipamento. Deve ser construído com base em três pilares:

Diagnóstico Cultural

É o levantamento das condições culturais do território, incluindo:

- Mapeamento de espaços culturais formais e informais;
- Identificação de grupos culturais, artistas e expressões locais;
- Levantamento de carências, demandas e oportunidades.

Esse diagnóstico é essencial para fundamentar o desenho do equipamento e sua programação.

Ponto de Cultura - O Circo Tá na Rua - São Luís/MA



Planejamento Participativo

Promova escutas territoriais com ampla participação da comunidade. Sugestões de ação:

- Realização de fóruns, assembleias e rodas de conversa;
- Inclusão ativa de grupos tradicionalmente marginalizados;
- Coleta de propostas e prioridades da sociedade civil.

O envolvimento direto da população fortalece o pertencimento, a legitimidade e a durabilidade do projeto cultural.

Definição do Equipamento

Com base nos dados e escutas, defina de forma clara:

- Tipologia do equipamento (centro cultural, casa de cultura, CEU, ponto de cultura etc.);
- Tamanho e infraestrutura necessária;
- Funções prioritárias e linhas de atuação;
- Orçamento estimado e fontes de financiamento;
- Recursos humanos e operacionais exigidos;
- Plano de manutenção e expansão futura.

Esse desenho deve ser flexível e respeitar as singularidades do território, priorizando a viabilidade a longo prazo.

Debate sobre o Sistema Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura, SesiLab, - Brasília/DF



4.2. Gestão Compartilhada

A gestão compartilhada é a instância em que a sociedade civil participa ativamente das decisões relacionadas ao equipamento cultural, dividindo responsabilidades com o poder público e fortalecendo o caráter democrático do espaço. Mais do que consulta, trata-se de co-gestão: pensar, decidir e agir coletivamente para que o equipamento cultural seja reconhecido como bem comum.

Instâncias de Participação

- **Conselho Gestor do Equipamento:** grupo formado paritariamente por representantes do poder público e da sociedade civil (artistas, educadores, coletivos culturais, moradores), com função deliberativa sobre programação, uso dos espaços e prioridades orçamentárias.
- **Assembleias Comunitárias:** encontros periódicos abertos à população, onde são apresentadas prestações de contas, debatidas demandas locais e definidas prioridades de curto prazo.
- **Comissões Temáticas:** grupos temporários para tratar de temas específicos, como acessibilidade, programação juvenil, comunicação comunitária ou preservação da memória.

Ferramentas para a Gestão Compartilhada

- **Oficinas Participativas:** inspiradas no Mobiliza CEUs, oficinas lúdicas e colaborativas engajam a comunidade em decisões sobre o futuro do equipamento.
- **Jogo AtivaCultura:** metodologia gamificada que aproxima os moradores das decisões sobre programação, comunicação, arquitetura e gestão do espaço, promovendo escuta e cocriação.
- **Cartografia Social e Mapeamento Cultural:** a comunidade participa do levantamento de expressões culturais, recursos e perfis-chave do território, que se tornam base para o planejamento estratégico.

Princípios da Gestão Compartilhada

- **Co-responsabilidade:** a comunidade deixa de ser apenas usuária e passa a ser corresponsável pela preservação e dinamização do espaço.
- **Transparência:** decisões, orçamento e resultados devem ser compartilhados de forma clara, acessível e contínua.
- **Pertencimento:** quando os moradores participam das escolhas e acompanham a gestão, fortalecem sua relação de cuidado com o equipamento.
- **Educação Cidadã:** a gestão compartilhada é também processo formativo, em que todos aprendem a exercer direitos culturais e responsabilidades coletivas.
- **Flexibilidade:** para de resolução de problemas, demandas e avaliações.



Dica!

Crie um Regimento Interno do Conselho Gestor em oficina com a comunidade. Defina como serão tomadas as decisões (votação, consenso, escuta), a periodicidade das reuniões e os direitos e deveres de todos os participantes.

4.3. Gestão de Pessoas

A organização e valorização das equipes são fundamentais para o bom funcionamento dos equipamentos culturais. Cada grupo desempenha funções específicas que garantem a qualidade da gestão, a execução técnica das atividades e a experiência positiva do público. Crie a equipe de gestão do equipamento de acordo com o tamanho e as necessidades de seu equipamento, leve em consideração os seguintes perfis de equipe:



Equipe Administrativa

Inclui coordenação geral, assessoria de comunicação, direção artística, captação de recursos e bilheteria. Esta equipe é responsável pelo planejamento estratégico, organização interna e articulação institucional do equipamento cultural.



Equipe Técnica

Formada por chefe de palco, técnicos de som e luz, projetistas e montadores. É essencial para a realização de eventos, montagem de cenários, operação de equipamentos e manutenção técnica.



Equipe de Manutenção e Limpeza

Composta por eletricitistas, artífices, agentes de limpeza e jardineiros. Atua na preservação das instalações e na criação de um ambiente limpo, seguro e acolhedor para o público e os trabalhadores.



Equipe de Segurança

Responsável pela vigilância, portaria e circulação segura de pessoas. Atua na proteção dos usuários, dos profissionais e do patrimônio cultural, prevenindo incidentes e fortalecendo a convivência cidadã.

4.4. Gestão de Recursos

A gestão eficiente dos recursos é essencial para garantir a sustentabilidade e funcionalidade do equipamento cultural. Os recursos devem ser organizados de forma integrada, com planejamento e transparência.

● **RECURSOS MATERIAIS**

- Implemente um sistema eficiente de gestão de estoque e planejamento de compras;
- Fomente o consumo consciente entre a equipe e visitantes, com ações de educação ambiental e reaproveitamento de materiais;
- Estabeleça um cronograma regular de manutenção do imóvel e dos equipamentos, garantindo sua longevidade e funcionalidade.

● **RECURSOS FINANCEIROS**

- Para espaços públicos, assegure uma dotação orçamentária que cubra todos os aspectos operacionais: pessoal, manutenção, material de consumo, custos fixos e projetos;
- Desenvolva estratégias de captação de recursos complementares, como parcerias público-privadas, emendas parlamentares, patrocínios locais e editais de fomento à cultura.

4.5. Processos e Rotinas

A organização de processos e rotinas é essencial para o funcionamento eficaz, transparente e responsivo dos equipamentos culturais. Ela garante previsibilidade, qualidade e continuidade das atividades.

Definição de Atividades

- Mapeie todas as atividades desenvolvidas no equipamento cultural, desde a programação artística até a manutenção diária;
- Identifique as equipes e profissionais envolvidos em cada etapa, atribuindo responsabilidades claras.

Manutenção de Equipamentos Culturais

Manter um equipamento cultural em bom estado de funcionamento exige a implementação de **processos de manutenção preventiva e corretiva**, além de garantir a atualização e renovação das instalações e equipamentos.

- **Plano de Manutenção:** Criar um cronograma regular de manutenção para garantir que as instalações e equipamentos permaneçam em condições ideais.
- **Avaliação Contínua:** Estabelecer um sistema de monitoramento para identificar necessidades de reparos ou melhorias.
- **Gestão de Recursos:** Manter um controle financeiro rigoroso para que os recursos destinados à manutenção sejam suficientes e bem alocados.



Dica!

Esse capítulo aponta as principais diretrizes relacionadas à gestão de equipamentos culturais, mas é necessário o aprofundamento nos temas apresentados e que devem fazer parte da formação dos gestores, para tanto aproveite a plataforma da Escola de Formação e Qualificação Artística Solano Trindade ESCULT (<https://escult.cultura.gov.br/>) que oferece diversas formações gratuitas.

Criação de Fluxos de Trabalho

- Desenvolva fluxogramas detalhados para processos como marcação de pauta, realização de eventos, montagem de espaços e manutenção;
- Estabeleça prazos, etapas e responsáveis para cada procedimento.

Elaboração de Documentação

- Crie documentos essenciais como formulários, termos de parceria, regulamentos de uso, editais, convocatórias, riders técnicos e checklists;
- Garanta que todos os materiais sejam acessíveis (linguagem simples, formatos inclusivos) e periodicamente atualizados.

Implementação e Treinamento

- Implemente os novos processos de forma gradativa, com planejamento e comunicação interna clara;
- Ofereça capacitações regulares para toda a equipe e parceiros;
- Realize avaliações periódicas, escutas com a equipe e ajustes nos fluxos conforme necessidades identificadas.

4.6. Estratégias de Comunicação

A comunicação eficaz é fundamental para promover o equipamento cultural, fortalecer a identidade institucional, engajar públicos diversos e garantir o alinhamento das equipes.

Identidade Visual

- Desenvolva uma identidade visual forte e coerente, que reflita a missão, visão e os valores do equipamento cultural;
- Crie um manual de marca detalhado, com orientações sobre uso de logotipos, cores, tipografia e aplicações gráficas, assegurando consistência em todas as comunicações.

Comunicação Interna

- Implemente canais de comunicação interna que garantam o acesso rápido e claro às informações por toda a equipe;
- Utilize boletins informativos, murais digitais, grupos em aplicativos de mensagem e reuniões regulares;
- Adote ferramentas de gestão de projetos e calendários compartilhados para acompanhamento das atividades em tempo real.

Comunicação Externa

- Identifique os canais mais adequados para atingir o público-alvo, como redes sociais, sites, e-mails, parcerias com escolas e universidades, e mídia comunitária;
- Produza conteúdo relevante e atrativo que destaque a programação, os impactos sociais do equipamento e a participação da comunidade;
- Mantenha regularidade na divulgação e garanta acessibilidade da linguagem e dos formatos.

Feedback e Avaliação

- Crie mecanismos regulares de escuta da equipe e do público, como enquetes, caixas de sugestões e questionários de satisfação;
- Analise os dados obtidos para revisar e aprimorar as estratégias de comunicação;
- Compartilhe os resultados das avaliações com a equipe e utilize-os na tomada de decisões e planejamento futuro.

4.7. Programação e Curadoria

A curadoria e a programação são o coração do equipamento cultural. Devem refletir a diversidade, os interesses e as potencialidades da comunidade local, promovendo o acesso, a participação e o desenvolvimento cultural.

PERGUNTAS ESSENCIAIS PARA A CURADORIA:

- ***Para quem programamos?***
- ***Por que programamos?***
- ***O que programamos?***
- ***Quando programamos?***
- ***Onde programamos?***
- ***Como programamos?***
- ***Com quem programamos?***

Diretrizes para a Programação

- Estabeleça uma linha curatorial coerente com os objetivos do equipamento, contemplando diferentes linguagens artísticas e expressões culturais;
- Garanta representatividade de gênero, raça, classe, gerações e acessibilidade;
- Equilibre atividades contínuas (oficinas, cursos) com eventos pontuais (festivais, exposições);
- Valorize os saberes locais e os talentos da comunidade, fortalecendo a cultura viva;
- Construa calendários com antecedência e de forma participativa, integrando a programação institucional com as demandas espontâneas do território.

Participação Comunitária

- Crie comissões curatoriais com participação de representantes da sociedade civil, contemplando produções locais;
- Promova chamadas públicas e editais para seleção de propostas artísticas;
- Realize escutas e avaliações periódicas sobre as preferências do público e a eficácia das ações programadas.

Articulação com Redes

- Estabeleça parcerias com escolas, universidades, coletivos culturais, secretarias municipais e iniciativas privadas;
- Articule circuitos culturais regionais e trocas com outros equipamentos para circulação de obras, artistas e metodologias.

A programação deve ser vista como um processo vivo, em constante diálogo com o território e em sintonia com os princípios da cidadania cultural.



4.8. Formação de Público

A formação de público é uma estratégia central para garantir a sustentabilidade e relevância do equipamento cultural. Vai além de atrair espectadores: busca criar vínculos, desenvolver repertórios e promover o pertencimento.

Estratégias para Formação de Público

- **Mapeamento do Território:** identifique os diferentes públicos potenciais no entorno – crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, estudantes, professores, artistas, etc.;
- **Diálogo com a Comunidade:** promova ações que estimulem o sentimento de pertencimento e o reconhecimento do equipamento como espaço coletivo e democrático;
- **Programas Educativos:** desenvolva atividades com escolas, universidades e centros de educação popular que articulem fruição estética, reflexão crítica e práticas culturais;
- **Mediação Cultural:** crie equipes de mediação para facilitar o acesso e a compreensão das atividades culturais, promovendo experiências significativas para públicos diversos;
- **Políticas de Acessibilidade:** adote medidas de acessibilidade física, comunicacional e programática para garantir a participação plena de todos os públicos;
- **Comunicação Inclusiva e Engajadora:** use linguagens acessíveis e canais variados para dialogar com diferentes perfis da população;
- **Cocriação e Coprogramação:** estimule a participação direta da comunidade na construção de propostas culturais, através de editais, oficinas e espaços de escuta.

Indicadores de Sucesso

- Aumento da frequência e diversidade do público;
- Envolvimento contínuo da comunidade nas ações do equipamento;
- Ampliação do repertório cultural e da participação cidadã.

A formação de público é um processo contínuo, que deve ser cultivado com escuta ativa, compromisso com a diversidade e ações pedagógicas permanentes.

4.9. Acessibilidade Cultural

A acessibilidade cultural é um direito fundamental e deve estar no centro das estratégias de gestão dos equipamentos culturais. Envolve garantir o acesso pleno de todas as pessoas – especialmente aquelas com deficiência, mobilidade reduzida ou em situação de vulnerabilidade social – às experiências culturais.

Acessibilidade Física



- Garanta o acesso a todas as dependências do equipamento, com rampas, corrimãos, elevadores, banheiros acessíveis, piso tátil e sinalização adequada;
- Adeque o mobiliário e os espaços de uso coletivo para conforto e segurança de todos os públicos;
- Realize vistorias regulares e consulte especialistas para conformidade com normas técnicas (ABNT/NBR 9050).

Acessibilidade Comunicacional



- Produza materiais de divulgação e programação com recursos de acessibilidade: audiodescrição, libras, legendas, braille, fonte ampliada e leitura fácil;
- Garanta a presença de intérpretes de libras em eventos ao vivo e materiais audiovisuais;
- Capacite a equipe para atendimento inclusivo e acolhedor.

Acessibilidade Programática



- Ofereça programação cultural pensada para públicos diversos: oficinas com linguagem simplificada, atividades sensoriais, apresentações acessíveis, entre outros;
- Envolver pessoas com deficiência na concepção e avaliação de atividades culturais inclusivas;
- Crie políticas permanentes de inclusão, para além de ações pontuais.

Acessibilidade Econômica e Territorial

- Assegure gratuidade ou preços acessíveis nas atividades, respeitando a realidade socioeconômica local;
- Descentralize as ações culturais, levando programações para áreas periféricas e rurais;
- Articule transporte público, vans comunitárias ou transporte escolar para facilitar o acesso ao equipamento.

Formação e Sensibilização

- Realize formações contínuas com toda a equipe sobre os princípios e práticas da acessibilidade cultural;
- Promova campanhas educativas com foco no respeito à diversidade e combate ao capacitismo.

Avaliação e Aprimoramento

- Implemente instrumentos de escuta e avaliação com foco na acessibilidade;
- Acompanhe indicadores de inclusão e revise planos de ação com base nas demandas identificadas.

A acessibilidade cultural não é apenas uma obrigação legal, mas uma estratégia essencial para garantir justiça social e democratização da cultura.

4.10. Estratégias para Orçamento e Parcerias

A sustentabilidade dos equipamentos culturais depende de estratégias eficazes de financiamento e articulação institucional. O orçamento deve garantir funcionamento contínuo e qualidade das ações, enquanto as parcerias ampliam os recursos, fortalecem redes e promovem inovação.

Estruturação Orçamentária

- Garanta uma dotação orçamentária própria, assegurada no orçamento municipal, contemplando custeio, investimento e manutenção do equipamento;
- Planeje o orçamento com base em diagnóstico de necessidades reais e projeções de crescimento da demanda;
- Estructure o orçamento por categorias: recursos humanos, material de consumo, serviços terceirizados, comunicação, ações culturais e manutenção.

Fontes de Financiamento Complementares

- UTILIZE MECANISMOS COMO:
 - Emendas parlamentares;
 - Leis de incentivo (Lei Rouanet, Lei do Audiovisual, ICMS Cultural);
 - Programas e editais do MinC e Secretarias Estaduais;
 - Fundos públicos (Fundo Municipal de Cultura);
 - Contribuições de associações de amigos ou OSCs parceiras.

4.11. Parcerias Estratégicas

- Estabeleça parcerias com universidades, escolas técnicas, coletivos culturais, empresas, ONGs, conselhos setoriais e órgãos públicos;
- Formalize as parcerias com instrumentos jurídicos adequados (convênios, termos de cooperação, termos de fomento, acordos de cooperação técnica);
- Promova governança compartilhada nos projetos em parceria, com divisão clara de responsabilidades e metas comuns.

Captação de Recursos

- Crie equipe ou função específica para captação de recursos e elaboração de projetos;
- Mantenha banco de projetos atualizados e adequados às exigências dos editais e leis de incentivo;
- Participe de redes e capacitações sobre gestão financeira e captação cultural.

Indicadores de Eficiência Financeira

- Acompanhe os indicadores de execução orçamentária, contrapartidas, impacto cultural e retorno social dos recursos investidos;
- Desenvolva relatórios de prestações de contas acessíveis e comunicativos, promovendo transparência com o público e órgãos de controle.

Uma estratégia de orçamento e parcerias sólida garante maior autonomia, capacidade de inovação e estabilidade na oferta de serviços culturais à população.

4.12. Monitoramento e Avaliação

O monitoramento e a avaliação são ferramentas essenciais para a gestão estratégica dos equipamentos culturais. Permitem acompanhar a implementação das ações, mensurar resultados, ajustar rotas e demonstrar o valor social, cultural e econômico do equipamento para a comunidade e para os gestores públicos.

Planejamento da Avaliação

- Defina objetivos claros e metas mensuráveis desde o início dos projetos e atividades;
- Identifique os indicadores que serão monitorados em cada dimensão de atuação (acesso, diversidade, impacto social, sustentabilidade, etc.);
- Estabeleça uma periodicidade e metodologia de coleta de dados (quantitativa e qualitativa).

Indicadores Qualitativos e Quantitativos

- **Indicadores de acesso:** número de frequentadores, taxa de ocupação dos espaços, diversidade de público;
- **Indicadores de diversidade e inclusão:** representatividade de grupos sociais nas atividades e equipe;
- **Indicadores de impacto social:** transformação percebida pelos participantes, fortalecimento de vínculos comunitários, promoção de direitos culturais;
- **Indicadores de eficiência e sustentabilidade:** execução orçamentária, uso de recursos, captação de recursos externos.

Ferramentas de Coleta de Dados

- Formulários de avaliação pós-evento (presenciais e digitais);
- Pesquisas de satisfação com usuários e parceiros;
- Observação direta e relatórios de equipe;
- Entrevistas e grupos focais com públicos diversos.

Transparência e Uso dos Resultados

- Compartilhe os resultados com a comunidade, conselhos, gestores e parceiros institucionais;
- Utilize os dados para planejamento de ações futuras, elaboração de projetos e prestação de contas;
- Promova a cultura de avaliação como processo contínuo de escuta, reflexão e melhoria.

Avaliação de Impacto

- Estabeleça marcos de longo prazo para verificar os efeitos do equipamento cultural no território: geração de renda, aumento da escolaridade, redução da violência, entre outros;
- Relacione os resultados da avaliação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e com o Plano Nacional de Cultura.

Monitorar e avaliar de forma sistemática fortalece a legitimidade do equipamento, melhora a qualidade das ações e evidencia o papel estratégico da cultura no desenvolvimento territorial.

Manutenção de Equipamentos Culturais


Manter um equipamento cultural em bom estado de funcionamento exige a implementação de **processos de manutenção preventiva e corretiva**, além de garantir a atualização e renovação das instalações e equipamentos.

- **Plano de Manutenção:** Criar um cronograma regular de manutenção para garantir que as instalações e equipamentos permaneçam em condições ideais.
- **Avaliação Contínua:** Estabelecer um sistema de monitoramento para identificar necessidades de reparos ou melhorias.
- **Gestão de Recursos:** Manter um controle financeiro rigoroso para que os recursos destinados à manutenção sejam suficientes e bem alocados.



Dica!

Esse capítulo aponta as principais diretrizes relacionadas à gestão de equipamentos culturais, mas é necessário o aprofundamento nos temas apresentados e que devem fazer parte da formação dos gestores, para tanto aproveite a plataforma da Escola de Formação e Qualificação Artística Solano Trindade ESCULT (<https://escult.cultura.gov.br/>) que oferece diversas formações gratuitas.



5. METODOLOGIAS DE ATIVAÇÃO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Ativar um equipamento cultural significa **torná-lo vivo, pulsante e conectado com o território** e com as pessoas que o habitam. Um espaço pode estar fisicamente bem estruturado, mas sem a presença ativa da comunidade, ele perde seu sentido. Por isso, a ativação cultural é essencial para que o equipamento cumpra sua missão de ser um **vetor de inclusão, pertencimento e desenvolvimento**.

Nesta seção, você aprenderá como utilizar **metodologias participativas, ferramentas de mobilização comunitária e estratégias de programação colaborativa** para dinamizar os equipamentos culturais e fortalecer os vínculos com o território. Tudo será apresentado com linguagem simples e exemplos práticos, pensando em gestores iniciantes.

5.1. Cartografia Social, Mapeamento Cultural e Leitura de Território

Antes de planejar atividades, é fundamental conhecer o território: suas pessoas, suas histórias, seus saberes, suas dificuldades e seus potenciais. Esse processo se chama leitura de território, e ele deve ser feito com a participação ativa da comunidade.

Cartografia Social é uma ferramenta que convida moradores a desenharem juntos os lugares importantes do bairro: onde vivem artistas? Onde ocorrem festas tradicionais? Onde há espaços ociosos que podem ser ocupados pela cultura? Essa prática valoriza os saberes locais e revela riquezas que muitas vezes são invisíveis para quem olha de fora.

Mapeamento Cultural complementa essa leitura, reunindo informações sobre grupos culturais, artistas, tradições, equipamentos já existentes e manifestações populares. Pode ser feito com formulários, entrevistas, rodas de conversa ou mesmo redes sociais.

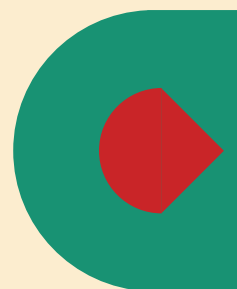
Leitura de território na prática:

- Realize oficinas com moradores para desenhar o mapa afetivo do bairro.
- Pergunte: “O que vocês gostariam que tivesse aqui?” ou “Que tipo de evento cultural vocês frequentariam?”
- Visite escolas, igrejas, terreiros, centros religiosos, feiras e mercados: todos esses são pontos culturais vivos.



Dica!

O mapeamento deve ser contínuo. Atualize suas informações com frequência e inclua sempre novos moradores e grupos. O território está em constante transformação!



5.2. Ações de Dinamização, Mobilização e Pertencimento

Com o território conhecido, é hora de **dinamizar o espaço cultural**, ou seja, promover atividades que aproximem a comunidade do equipamento, façam com que as pessoas se sintam acolhidas e entendam que aquele lugar também lhes pertence.

Mobilização Comunitária é a arte de chamar as pessoas para dentro do equipamento cultural. Isso pode ser feito com:

- Convites porta a porta.
- Chamadas em redes sociais, rádios e igrejas.
- Visitas a escolas e grupos locais.
- Rodas de conversa temáticas.

Dinamização Cultural envolve oferecer atividades regulares, variadas e adaptadas ao público. Exemplos:

- Oficinas de dança, música, grafite e capoeira.
- Sessões de cinema seguidas de bate-papo.
- Feiras de economia solidária com produtos da comunidade.
- Mutirões de arte e jardinagem no entorno do equipamento.

Pertencimento surge quando as pessoas se sentem parte do espaço. Isso acontece quando:

- Os moradores ajudam a decidir a programação.
- O espaço celebra a história do bairro.
- Crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência e grupos tradicionais encontram ali lugar para expressar suas culturas.



Dica!

A escuta é o principal instrumento de mobilização. Ouça com atenção o que as pessoas têm a dizer e acolha suas sugestões com respeito e disposição para construir em conjunto. Faça a capacitação para o curso Mobiliza CEUs da Cultura, da Escola de Formação e Qualificação Artística Solano Trindade ESCULT (<https://escult.cultura.gov.br/>) O curso oferece uma imersão nas questões relacionadas à mobilização comunitária vinculada a equipamentos culturais, abordando temas fundamentais, metodologias e ferramentas eficazes para promover a mobilização da população local no projeto dos CEUs da Cultura.

5.3. Formação de Público

Formar público é garantir que **mais pessoas conheçam, frequentem e participem das atividades culturais**. Isso não acontece de forma automática. É necessário **educar, sensibilizar e criar vínculos duradouros**.

Estratégias de formação de público:

- **Aproximação:** Levar o equipamento até a comunidade (ações itinerantes, visitas guiadas).
- **Envolvimento:** Promover atividades interativas que valorizem a participação (oficinas, rodas de conversa, apresentações locais).
- **Fidelização:** Criar vínculos por meio de eventos contínuos, convites personalizados e reconhecimento dos participantes.

Ações práticas:

- Desenvolva projetos com escolas e creches: visitas culturais, concursos de desenho, apresentações de alunos.
- Crie “embaixadores culturais”: jovens e lideranças locais que convidam outras pessoas a participar.
- Use as redes sociais de forma criativa e acessível, com vídeos curtos e chamadas afetivas.



Dica!

Público se constrói com tempo, carinho e continuidade. Evite atividades esporádicas desconectadas da realidade local. Planeje ações sequenciais e escute o retorno dos participantes.



6. CONSTRUÇÃO DE PROGRAMAÇÃO CULTURAL COLABORATIVA

A **programação cultural** é a alma de um equipamento cultural. Ela define como o espaço se expressa, como dialoga com o público e que tipo de transformação ele é capaz de gerar. Para ser eficiente, acessível e significativa, a programação precisa ser **colaborativa**, ou seja, construída com a **participação ativa da comunidade**.

Nesta seção, vamos abordar de forma simples e prática como os gestores podem planejar programações culturais a partir de escutas reais, considerando o contexto local e promovendo inclusão, diversidade e pertencimento. As orientações estão alinhadas às propostas do documento **Gestão Estratégica de Espaços Culturais**, que reforça a importância do planejamento participativo e da curadoria responsável.

6.1. A Importância da Programação Cultural Colaborativa

Quando a programação é feita **sem ouvir a comunidade**, corre-se o risco de oferecer atividades desconectadas das realidades e interesses do público local. Por outro lado, uma programação construída com escuta ativa e envolvimento direto das pessoas do território gera **pertencimento, engajamento e valorização cultural**.

Vantagens da programação colaborativa:

- Reflete a diversidade cultural local.
- Gera maior participação e mobilização da comunidade.
- Valoriza os talentos e saberes da própria população.
- Estimula o desenvolvimento de públicos frequentes.
- Fortalece o vínculo entre o espaço e seus usuários.



Dica!

Envolver a comunidade na programação não significa abrir mão da qualidade. É possível conciliar curadoria profissional com escuta ativa, promovendo uma programação rica, inclusiva e plural.

6.2. Etapas da Construção Colaborativa da Programação

A construção de uma programação colaborativa pode ser feita em cinco etapas principais, cada uma com ferramentas simples que favorecem a participação.

1

DIAGNÓSTICO CULTURAL E ESCUTA ATIVA:

- Realize rodas de conversa, enquetes online e caixas de sugestões.
- Pergunte: “O que vocês gostariam de ver aqui?” ou “Quais temas são importantes para a nossa comunidade?”
- Registre todas as contribuições e analise os padrões de interesse.

2

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO:

- Monte um grupo de trabalho comunitário com artistas locais, professores, jovens, idosos e outros representantes.
- Apresente os recursos disponíveis (espaço, equipe, orçamento).
- Juntos, definam temas, formatos e datas prioritárias.

3

CURADORIA COMPARTILHADA:

- Combine as sugestões da comunidade com critérios técnicos (qualidade, diversidade, segurança, viabilidade).
- Valorize artistas e iniciativas locais.
- Diversifique linguagens: música, teatro, dança, cinema, literatura, gastronomia, culturas populares, saberes tradicionais etc.

4 EXECUÇÃO COLABORATIVA:

- Envolver voluntários e parceiros locais na realização dos eventos.
- Ofereça apoio logístico, técnico e divulgação para os projetos comunitários.
- Garanta que o público participe não apenas como espectador, mas também como criador.

5 AVALIAÇÃO E REPLANEJAMENTO:

- Após cada ciclo de atividades, convoque a comunidade para avaliar: “O que funcionou bem?”, “O que pode melhorar?”.
- Use esses dados para ajustar e planejar novas ações.
- Crie um calendário anual com base nessa escuta contínua.



Dica!

A constância é fundamental. Programações pontuais, sem continuidade, dificilmente criam vínculo. Planeje uma agenda regular, mesmo que com poucos recursos, e cresça aos poucos.

6.3. Definindo a Identidade da Programação

Cada equipamento cultural deve ter uma **voz própria**, alinhada com a sua missão e com os valores da comunidade em que está inserido. A identidade da programação é o que torna o espaço **único e reconhecível**.

Perguntas essenciais para definir a identidade do espaço (Gestão Estratégica de Espaços Culturais):

- Como o equipamento se expressa e dialoga com a sociedade?
- Quais são os pilares centrais dos projetos e ações?
- Quais são as singularidades desse equipamento?

Elementos para definir identidade programática:

- **Temas recorrentes:** cultura afro-brasileira, juventude, ancestralidade, meio ambiente, gênero, território, etc.
- **Linguagens mais presentes:** música, audiovisual, arte urbana, literatura, arte digital.
- **Relação com o território:** festas populares, tradições locais, memórias da comunidade.
- **Perfil do público:** faixa etária, escolaridade, tempo de permanência, hábitos culturais.



Dica!

A identidade programática não deve ser engessada. Ela pode e deve ser revista periodicamente, à medida que o território muda e a comunidade se transforma.

6.4. Exemplos de Programações Colaborativas

Aqui estão alguns **formatos de atividades** que podem fazer parte de uma programação cultural colaborativa. Todos podem ser adaptados com a participação da comunidade local.

- **Festival Cultural Local:** Com atrações sugeridas e realizadas por artistas do território.
- **Ciclo de Oficinas Comunitárias:** Moradores compartilham saberes, como bordado, culinária, capoeira, horta, música.
- **Sarau Aberto:** Espaço para talentos locais se apresentarem sem curadoria rígida.
- **Mostra de Cinema de Bairro:** Sessões com filmes escolhidos pela comunidade e debates depois das exibições.
- **Calendário Afetivo do Território:** Datas comemorativas celebradas a partir da história e identidade local (ex: Festa do Boi, Dia da Mulher Negra, Encontro dos Povos de Terreiro, Festa das Águas).
- **Rodas de Conversa Temáticas:** Com lideranças e especialistas locais para discutir temas como juventude, racismo, saúde mental, moradia.

- **Domingo na Praça:** Intervenções artísticas em espaços públicos próximos, para alcançar quem ainda não frequenta o equipamento.



Dica!

Sempre reserve espaço para o inesperado e para o novo. Estimule propostas vindas de fora da sua zona de conforto. Um espaço cultural precisa também ser lugar de descoberta e transformação.

Conclusão

A **programação colaborativa** é mais do que uma agenda de eventos. É uma estratégia de gestão democrática que transforma o equipamento cultural em um espaço vivo, representativo e potente. Quando a comunidade participa da criação da programação, ela se apropria do espaço, amplia sua relação com a cultura e passa a ver o equipamento como **um bem comum**.

Programar de forma participativa exige escuta, paciência, adaptação e compromisso com a diversidade. Mas o resultado é um espaço mais plural, mais pulsante e verdadeiramente transformador.




Dica!

Uma boa programação não precisa ser cara nem complexa. Ela precisa ser significativa, diversa e construída com o território. Aposte na escuta ativa, na criatividade popular e no poder da colaboração.

Teatro de Contêiner
Mungunzá – São Paulo, SP.





7. FERRAMENTAS PRÁTICAS E OPERACIONAIS

Gestores culturais precisam de mais do que boas ideias: eles precisam de **instrumentos claros, simples e eficientes** para organizar o cotidiano dos equipamentos culturais. Essa seção apresenta um conjunto de **ferramentas práticas e operacionais** que ajudam a garantir a **gestão transparente, participativa e acessível**.

Vamos explorar os principais recursos que facilitam a **administração, comunicação, planejamento, acessibilidade e regulamentação interna**, sempre com exemplos e dicas úteis para quem está começando.

7.1. Modelos de Regimento Interno e Estatuto dos Conselhos Gestores

O **regimento interno** é o documento que define as **regras de funcionamento do equipamento cultural**: horários, uso dos espaços, responsabilidades da equipe, formas de acesso do público, segurança e normas de convivência. Já o **estatuto do conselho gestor** orienta como o grupo que acompanha a gestão será composto e atuará.

O QUE DEVE CONTER NO REGIMENTO INTERNO:

- Objetivo do equipamento cultural.
- Horário de funcionamento.
- Regras de uso dos espaços (salas, auditório, biblioteca etc.).
- Critérios para solicitação e realização de eventos por terceiros.
- Direitos e deveres dos usuários.
- Procedimentos em caso de conflitos ou danos ao patrimônio.
- Medidas de acessibilidade, segurança e limpeza.

O QUE DEVE CONTER NO ESTATUTO DO CONSELHO GESTOR:

- Composição do conselho (representantes da sociedade civil e do poder público).
- Critérios de escolha dos membros (eleição, indicação, sorteio).
- Duração do mandato e formas de renovação.
- Funções do conselho: deliberar, fiscalizar, propor e avaliar.
- Periodicidade das reuniões.
- Forma de tomada de decisão (votação, consenso, escuta).



Dica!

Esses documentos devem ser elaborados com participação da comunidade. Organize uma oficina com moradores, artistas e educadores para construir o regimento juntos, em linguagem acessível.

7.2. Instrumentos de Planejamento e Gestão

O sucesso de um equipamento cultural depende de **planejamento estratégico e organização contínua**. A seguir, algumas ferramentas simples e eficazes para apoiar o trabalho diário:

Plano de Ação Cultural (PAC):

Um documento anual que organiza **objetivos, metas, cronograma e orçamento**. Deve responder:

- **O que queremos fazer?**
- **Por que isso é importante?**
- **Quando e como vamos fazer?**
- **Quanto vai custar?**
- **Quem são os responsáveis?**

Exemplo de estrutura de um PAC:

Ação	Objetivo	Público-Alvo	Data	Responsável	Orçamento Estimado
Oficina de grafite	Engajar jovens	Adolescentes do bairro	Julho	Arte-educador	RS 1.200

Agenda de Programação:

- Calendário mensal ou trimestral com atividades confirmadas.
- Usar planilhas ou aplicativos gratuitos (como Google Agenda ou Trello).
- Compartilhar com equipe e conselheiros.

Fichas de Avaliação de Atividades:

- Formulário simples para avaliar oficinas, eventos e exposições.
- Pode ser em papel, digital ou com QR Code.



Dica!

Planejamento não precisa ser burocrático. Adapte os modelos para sua realidade. Comece pequeno, mas seja constante. O segredo está na regularidade e clareza.

7.3. Ferramentas de Comunicação Interna e Externa

A comunicação é essencial para o funcionamento eficiente do equipamento cultural. Ela conecta a equipe, mobiliza o público e fortalece a identidade do espaço. Separe a comunicação em dois eixos: **interna** (entre os membros da equipe) e **externa** (com a comunidade e parceiros).

COMUNICAÇÃO INTERNA:

- Reuniões semanais com equipe e colaboradores.
- Mural informativo físico e digital (WhatsApp, grupo de e-mail).
- Uso de ferramentas como Trello, Notion ou Google Drive para organização de tarefas.

COMUNICAÇÃO EXTERNA:

- Identidade visual clara e acessível (logotipo, cartazes, fontes legíveis).
- Redes sociais ativas: Instagram, Facebook, WhatsApp comunitário.
- Parcerias com rádios comunitárias, escolas, igrejas e comércios locais.
- Materiais acessíveis: cartazes com letras grandes, audiodescrição, vídeos com libras, traduções.



Dica!

Não basta divulgar a atividade, é preciso construir relacionamento com o público. Conte histórias, valorize os bastidores, escute os seguidores e mostre o impacto do equipamento na comunidade.

7.4. Ferramentas de Acessibilidade Cultural

Acessibilidade cultural é um direito, não um favor. Os espaços culturais precisam estar preparados para **acolher todas as pessoas**, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais, sociais ou culturais.

Checklist básico de acessibilidade:

- Rampas e corrimãos para cadeirantes e idosos.
- Banheiros adaptados.
- Materiais em braille ou fontes ampliadas.
- Tradução e Interpretação em Libras nos eventos.
- Audiodescrição em vídeos e exposições.
- Treinamento da equipe em **atendimento humanizado**.

Outras dimensões da acessibilidade:

- **Acessibilidade econômica:** atividades gratuitas ou com ingressos populares.
- **Acessibilidade geográfica:** realizar eventos em regiões periféricas, itinerância.
- **Acessibilidade atitudinal:** respeito, acolhimento, escuta ativa e empatia com a diversidade.



Dica!

Inclua **pessoas com deficiência, idosos e crianças** na concepção das atividades. Pergunte: “Como podemos tornar isso mais acessível para você?”

7.5. Documentação Operacional e Técnicas de Organização

Ter documentos padronizados facilita a **rotina administrativa** e garante **transparência nas ações**. Aqui estão alguns modelos úteis:

FORMULÁRIOS E MODELOS OPERACIONAIS:

Ficha de Inscrição para oficinas e atividades.

Termo de Compromisso para uso de espaços por terceiros.

Checklists de manutenção, segurança e limpeza.

Rider técnico para eventos (informações sobre som, luz, montagem).

Relatório de Atividade resumo simples com dados de participantes, fotos e observações.

Evento	Data	Público estimado	Atividades Realizadas	Observações
Sarau Afro	15/04	120 pessoas	Poesia, dança	Ótima participação dos jovens

Organização de arquivos:

- Pastas físicas separadas por ano e tipo de documento.
- Arquivo digital com cópias em nuvem (Google Drive, Dropbox).
- Nomeação padronizada de arquivos: “Oficina_ContaçãoHistórias_Maio2025.pdf”.



Dica!

A organização documental mostra **credibilidade e profissionalismo**. Mesmo em espaços pequenos, mantenha tudo registrado com clareza e facilite o acesso às informações.

Conclusão

As **ferramentas práticas e operacionais** apresentadas aqui são os bastidores de um equipamento cultural eficiente. São elas que dão suporte à criação artística, à participação comunitária e à sustentabilidade do espaço.

Gestores bem organizados conseguem planejar com clareza, avaliar com precisão, comunicar com efetividade e prestar contas com responsabilidade. Com modelos simples e adaptáveis, mesmo pequenos espaços culturais podem atingir **excelência na gestão**.



Dica!

Escolha as ferramentas que mais se encaixam no seu contexto. Comece com o essencial, compartilhe as responsabilidades com a equipe e lembre-se: **uma boa gestão é aquela que facilita a vida de quem cria e participa da cultura**.

8. REFERÊNCIAS, LEIS E DOCUMENTOS DE APOIO

Para que os gestores culturais possam atuar com segurança, legitimidade e eficiência, é essencial conhecer os **principais marcos legais, políticas públicas e referências técnicas** que estruturam a atuação nos equipamentos culturais. Nesta seção, apresentamos um guia didático com os documentos mais importantes que devem ser consultados, estudados e utilizados no dia a dia da gestão.

8.1. Referências Legais Fundamentais

A seguir, destacamos as principais leis e normas que orientam a criação, funcionamento e manutenção dos espaços culturais no Brasil:

Portaria MinC n. 68, de 29 de setembro de 2023

- Institui o **Programa Territórios da Cultura**.
- Foco: **formar uma rede de equipamentos culturais** em territórios periféricos e de difícil acesso.
- Importância: consolida a estratégia nacional de **ampliação e descentralização da oferta cultural**.



Escaneie o QR Code ao lado e confira PORTARIA MINC N° 68, DE 29 DE SETEMBRO DE 2023, ou acesse o link: <http://bit.ly/4gjt8y7>

Sistema Nacional de Cultura (SNC) – Lei nº 12.343/2010

- Cria o pacto federativo, um sistema articulado entre União, estados e municípios para a gestão integrada da cultura.
- Exige a criação de planos, conselhos e fundos de cultura nos municípios.
- Saiba mais no site do MinC

Plano Nacional de Cultura (PNC) – Lei nº 12.343/2010

- Estabelece **objetivos estratégicos da política cultural brasileira** por um período de 10 anos.
- Define metas como ampliação do acesso à cultura, valorização da diversidade e qualificação da gestão cultural.

Política Nacional Aldir Blanc (nº 14.399/2022)

- Durante a pandemia foi criada a Lei Aldir Blanc (n. **14.017/2020** para apoiar o setor cultural com recursos emergenciais.
- Possibilitou financiamento direto a artistas e espaços culturais.
- Muitas ações estruturantes nasceram desse impulso e continuam com a Política Nacional Aldir Blanc , que se tornou o instrumento de repasse fundo a fundo do Sistema Nacional de Cultura.

Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001)

- Define diretrizes para o uso democrático do espaço urbano.
- Garante o direito à cidade e à ocupação cultural dos espaços públicos.

Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010)

- Garante direitos culturais à população negra.
- Prevê políticas afirmativas na cultura e a valorização das expressões afro-brasileiras.

Lei da Cultura Viva (nº 13.018/2014)

- Reconhece os **Pontos de Cultura** como estratégia nacional de base comunitária.
- Incentiva a autonomia e a gestão compartilhada com a sociedade civil.

Portaria MINC nº 64, de 28 de setembro de 2023

Iniciativa do Ministério da Cultura para fortalecer o Sistema Nacional de Cultura e as políticas públicas culturais. Estabelece duas estratégias principais: os Comitês de Cultura e os Agentes Territoriais de Cultura, com as seguintes ações estruturantes:

- Circulação: ações de formação, comunicação, mobilização, atendimento e orientação para projetos e parcerias, realizadas de forma presencial e virtual;
- Comunicação: ações de comunicação e disseminação de campanhas sobre direitos e políticas culturais.

Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil MROSC - (Lei nº 13.019/2014)

- Estabelece normas gerais para parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil.
- Define instrumentos como o Termo de Colaboração, o Termo de Fomento e o Acordo de Cooperação.
- Valoriza a transparência, o controle social e a avaliação por resultados.
- Fundamenta juridicamente convênios e parcerias voltadas à gestão compartilhada de equipamentos culturais.

- Reforça o papel da sociedade civil como agente ativo na formulação e execução de políticas públicas.

Marco Regulatório do Fomento à Cultura (Lei nº 14.903/2024)

Sancionada em 27 de junho de 2024, a Lei nº 14.903 estabelece um **regime jurídico próprio para o setor cultural**, retirando-o da Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e criando instrumentos específicos de fomento.

Principais objetivos e características:

- **Exclusão da Lei de Licitações:** reconhece que a cultura é fomento, não serviço ou obra.
- **Instrumentos específicos:** cria o Termo de Execução Cultural, o Termo de Premiação Cultural e o Termo de Bolsa Cultural.
- **Desburocratização:** simplifica processos, facilitando o acesso de pequenos produtores e agentes culturais a recursos públicos.
- **Foco no Projeto:** O marco regulatório prioriza a comprovação da realização da atividade cultural (prestação de contas) que foi financiada.
- **Democratização do acesso:** amplia a participação de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e periferias.
- **Participação social:** exige editais com ampla divulgação, inclusão de cotas, acessibilidade e inscrições simplificadas.
- **Flexibilidade:** permite que União, estados e municípios adotem regulamentos próprios ou aproveitem regulamentos de outros entes.
- **Valorização dos agentes culturais:** reconhece o papel central do agente cultural na formulação e execução das políticas públicas.



Dica!

Utilize os novos instrumentos criados pela Lei nº 14.903/2004 para planejar editais e repasses do Fundo Municipal de Cultura. Eles simplificam processos e garantem maior inclusão dos agentes locais



Importante!

Leis culturais não são só para advogados! Elas ajudam a defender seu projeto, acessar recursos, proteger direitos e planejar melhor suas ações. Tenha sempre uma cópia das principais leis na sede do equipamento.

8.2. Documentos de Apoio e Bibliografia Recomendada

Além das leis, existem materiais técnicos que ajudam na **formação dos gestores e na qualificação da gestão cultural**.

Gestão Estratégica de Espaços Culturais nos Municípios

Autor: Américo Córdula

- Material base para esta cartilha.
- Apresenta estratégias práticas para criação, manutenção e dinamização de espaços culturais com foco em participação social e planejamento estratégico.

Guia para Elaboração de Planos Municipais de Cultura – MinC

- Explica passo a passo como elaborar um plano cultural participativo.
- Ajuda a alinhar ações locais com as políticas nacionais.
- Disponível no site do Ministério da Cultura.

Cadernos da Cultura (IBGE – Pesquisa MUNIC)

- Apresentam estatísticas sobre presença e estrutura de equipamentos culturais em todos os municípios brasileiros.
- São úteis para diagnóstico, planejamento e comparação.

Referenciais de Acessibilidade Cultural – MinC/Secretaria da Cidadania

- Aponta critérios para tornar espaços culturais mais acessíveis para todos os públicos.
- Inclui sugestões para linguagem simples, audiodescrição, libras e desenho universal.

Sistemas Municipais de Cultura: Orientações Básicas – CNM

- Manual para gestores que estão iniciando a estruturação da política cultural local.
- Explica como criar conselhos, fundos, planos e sistemas de informação cultural.

Referências bibliográficas

BISPO, Nêgo. Colonização, Quilombos: Modos e Significações. São Paulo, 2015.

BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo, 2004.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-modernidade. Rio de Janeiro, 2006.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo, 2019.

MATURANA, Humberto. Cognição, Ciência e Vida Cotidiana. Belo Horizonte, 2001.

SANTOS, Milton. Por Uma Outra Globalização. Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.



Dica!

Atualize-se sempre. A legislação muda, novas políticas surgem e editais abrem oportunidades importantes. Assine newsletters, participe de fóruns e mantenha-se conectado com redes de gestores culturais.

Conclusão

Conhecer as leis e referências da cultura é um **ato de empoderamento**. É por meio delas que se estruturam as ações, se conquistam recursos, se ampliam direitos e se protege a cultura como bem público. Utilize este repertório como base para sua gestão, como inspiração para inovar e como defesa do direito de todos à arte e à cultura.

8.3. Links Úteis para Gestores Culturais

Estes links são fontes seguras e atualizadas onde você pode encontrar legislações, oportunidades, formações e ferramentas práticas:

Ministério da Cultura (MinC):

www.cultura.gov.br

Sistema Nacional de Cultura (SNC):

www.cultura.gov.br/snc

Mapa da Cultura - Mapas Culturais:

www.mapasculturais.org

Observatório Itaú Cultural:

observatorio.itaucultural.org.br

SNIIC – Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais:

sniic.cultura.gov.br

Confederação Nacional de Municípios – Cultura:

www.cnm.org.br/cultura

IBGE – MUNIC (pesquisa sobre equipamentos culturais):

www.ibge.gov.br

8.4. Sugestões de Leitura Adicional

A seguir, obras e publicações que podem ampliar a visão sobre gestão cultural, participação social, políticas públicas e práticas educativas:

“Políticas Culturais: Conceitos, Crítica e Propostas”

(EDUFBA, Salvador **2012**). **Albino Rubim** aborda os principais conceitos e desafios das políticas culturais no Brasil.

“Gestão Cultural: Profissão em Formação”

(DUO Editoria **2007**). **Maria Helena Cunha**, discute a necessidade de uma formação interdisciplinar e prática para o gestor cultural, que deve atuar como mediador entre as complexidades da cultura, o mercado e o Estado, visando o desenvolvimento social, econômico e a democratização do acesso à cultura.

“Dicionário Crítico de Política Cultural”

(Iluminuras **1997**). **Teixeira Coelho** criou um dicionário que se tornou uma referência para a Política Cultural

“Política Cultural: fundamentos”

(Edições SESC **2023**). **Bernardo da Mata Machado**, orienta a gestão pública com ferramentas, estratégias e experiências promissoras que colaborem para a realização de seus projetos.



Dica!

Transforme seu espaço cultural também em um centro de formação e pesquisa. Crie uma estante de livros, compartilhe links em grupos de gestores e estimule o estudo coletivo com sua equipe e conselheiros. Cultura se faz também com conhecimento!

9. ANEXOS

Esta seção oferece **modelos práticos** de documentos, **formulários e checklists** que facilitam a rotina dos gestores culturais. Também apresenta **exemplos de Planos Municipais de Cultura (PMCs)** para orientar a elaboração local, de acordo com os princípios do Sistema Nacional de Cultura (SNC). O objetivo é fornecer materiais acessíveis, prontos para adaptar e usar no cotidiano da gestão.



9.1. Modelos de Documentos e Formulários

Ficha de Inscrição para Atividades

EQUIPAMENTO CULTURAL [Nome do espaço]

FICHA DE INSCRIÇÃO – CURSO / OFICINA / EVENTO

Nome completo: _____

Data de nascimento: ____/____/____ Idade: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

Telefone: () _____ E-mail: _____

RG ou CPF: _____

Necessidades específicas (acessibilidade): _____

Assinatura do participante/responsável: _____

Data: ____/____/____

Termo de Compromisso de Uso do Espaço

TERMO DE COMPROMISSO – USO DE ESPAÇO CULTURAL

Eu, _____, representante do grupo/coletivo/projeto _____, solicito o uso do espaço _____ do Equipamento Cultural [Nome] no dia ____/____/____, das ____h às ____h.

Comprometo-me a zelar pelo uso responsável do espaço, cumprir os horários estabelecidos, seguir o regimento interno e devolver o local limpo e organizado.

Assinatura do solicitante: _____

Assinatura da coordenação: _____

Relatório Simplificado de Atividade

RELATÓRIO SIMPLIFICADO – ATIVIDADE CULTURAL

Nome da atividade: _____

Data: ____/____/____

Tipo: () oficina () apresentação () roda de conversa

() outro: _____

Número estimado de participantes: _____

Público predominante: _____

Avaliação: _____

Fotos anexadas: () sim () não

Responsável: _____

9.2. Checklists Operacionais

Checklist de Abertura e Fechamento do Espaço

CHECKLIST – ABERTURA

- Portas e janelas abertas e seguras
- Equipamentos ligados (som, luz, ventilação)
- Banheiros limpos e abastecidos
- Recepção com materiais informativos

CHECKLIST – FECHAMENTO

- Desligar todos os equipamentos
- Fechar portas e janelas
- Retirar lixo e organizar materiais
- Registrar ocorrências no livro de bordo

CHECKLIST DE SEGURANÇA E ACESSIBILIDADE

- Rampa de acesso em boas condições
- Corrimãos firmes e sinalização visível
- Extintores dentro da validade
- Iluminação de emergência testada
- Área de circulação livre de obstáculos
- Banheiros acessíveis
- Equipe treinada para primeiros socorros

9.3. Exemplos de Planos Municipais de Cultura

Os **Planos Municipais de Cultura (PMCs)** são documentos de planejamento que definem as metas, estratégias e ações culturais para um período de 10 anos. São obrigatórios para municípios que desejam integrar o Sistema Nacional de Cultura.

Estrutura Básica de um PMC

1. Apresentação
2. Diagnóstico Cultural do Município
3. Objetivos e Princípios
4. Eixos Estratégicos e Ações
5. Metas e Indicadores
6. Estratégias de Execução e Avaliação
7. Cronograma e Orçamento Estimado
8. Participação Social e Monitoramento

EXEMPLO DE META DO PMC

Eixo: Formação Cultural

Meta: Realizar, anualmente, pelo menos 12 oficinas gratuitas em linguagens diversas (música, artes visuais, teatro, literatura).

Indicador: Número de oficinas realizadas / ano.

EXEMPLO DE AÇÃO ESTRATÉGICA

Ação: Criar um programa municipal de fomento à cultura de base comunitária.

Objetivo: Apoiar financeiramente iniciativas culturais populares.

Responsável: Secretaria Municipal de Cultura

Orçamento estimado anual: R\$ 50.000,00

PLATAFORMA VER SNC – FERRAMENTA DE MONITORAMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

A plataforma VER SNC é um instrumento digital criado pelo Ministério da Cultura para acompanhar, avaliar e orientar a implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) nos estados e municípios brasileiros.

Ela oferece um painel de dados interativo e atualizado, que permite aos gestores e gestoras culturais:

- Visualizar a situação de adesão e implantação do SNC em seu município ou estado;
- Verificar o status de componentes obrigatórios, como Conselho, Plano e Fundo de Cultura;
- Comparar indicadores regionais e analisar o avanço das políticas culturais de forma georreferenciada;
- Identificar pendências e prioridades para fortalecer a institucionalização da cultura local;
- Consultar documentos, leis e boas práticas de outros entes federativos.

COMO UTILIZAR A PLATAFORMA VER SNC:

1 - Acesse o site: <http://ver.snc.cultura.gov.br>

2 - Digite o nome do seu município ou use o mapa interativo para localizá-lo.

3 - Verifique o status atual do município em relação a:

- Adesão ao SNC
- Existência de Conselho de Cultura
- Aprovação do Plano de Cultura
- Funcionamento do Fundo de Cultura

4 - Consulte os documentos e recomendações técnicas disponíveis para cada item pendente.

5 - Utilize os dados da plataforma para:

- Elaborar o planejamento da Secretaria de Cultura;
- Organizar relatórios e diagnósticos;
- Construir estratégias de diálogo com o poder executivo e legislativo;
- Fortalecer a articulação com a PNAB, CEUs, Pontos de Cultura e outros programas federais.



Dica!

Utilize os dados do VER SNC como evidência para planejar, justificar e articular políticas culturais locais, tanto internamente (junto à gestão municipal), quanto externamente (para captação de recursos e participação em editais). A plataforma é uma aliada na transparência, no controle social e no fortalecimento da governança cultural.

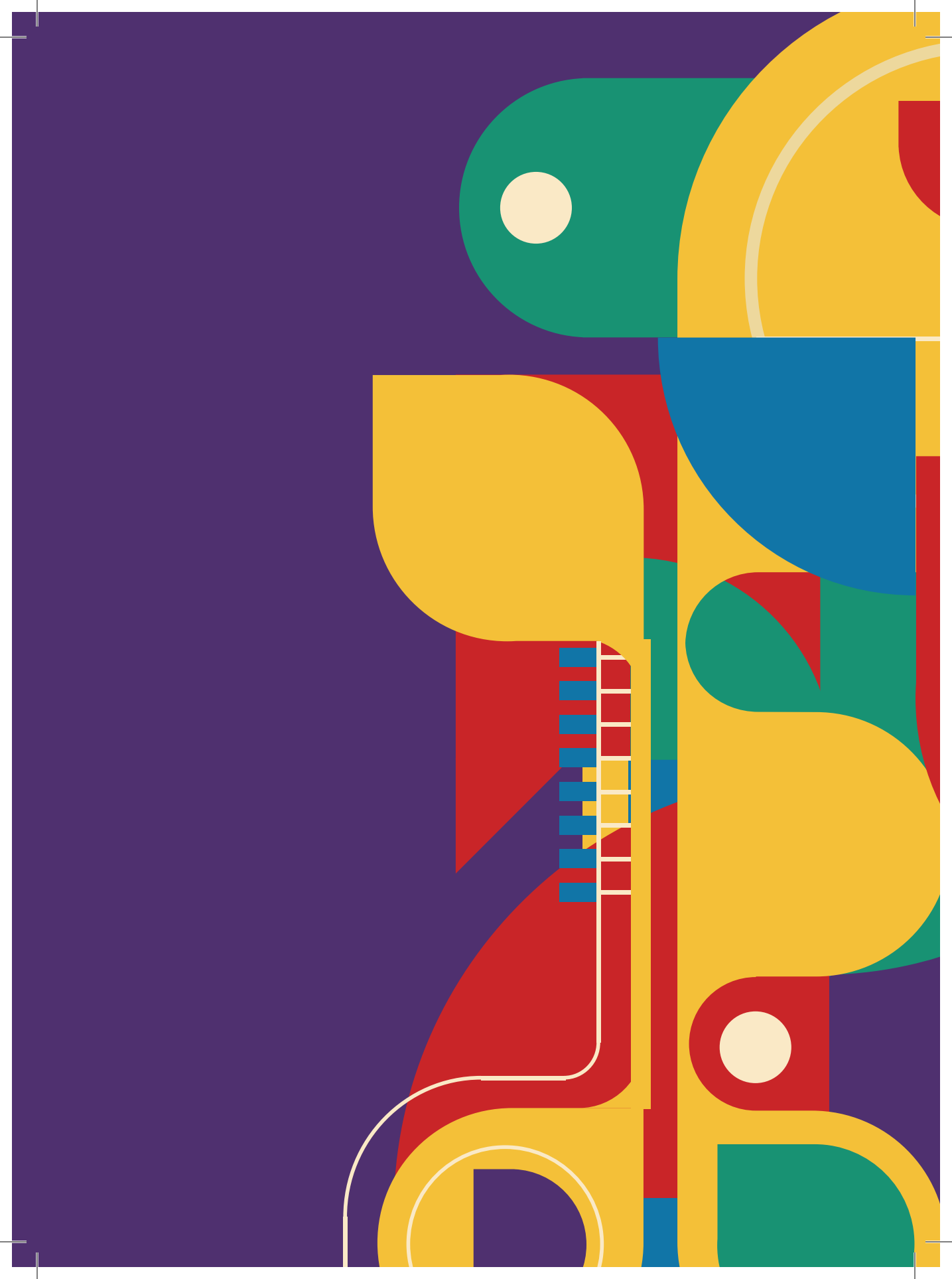
Conclusão

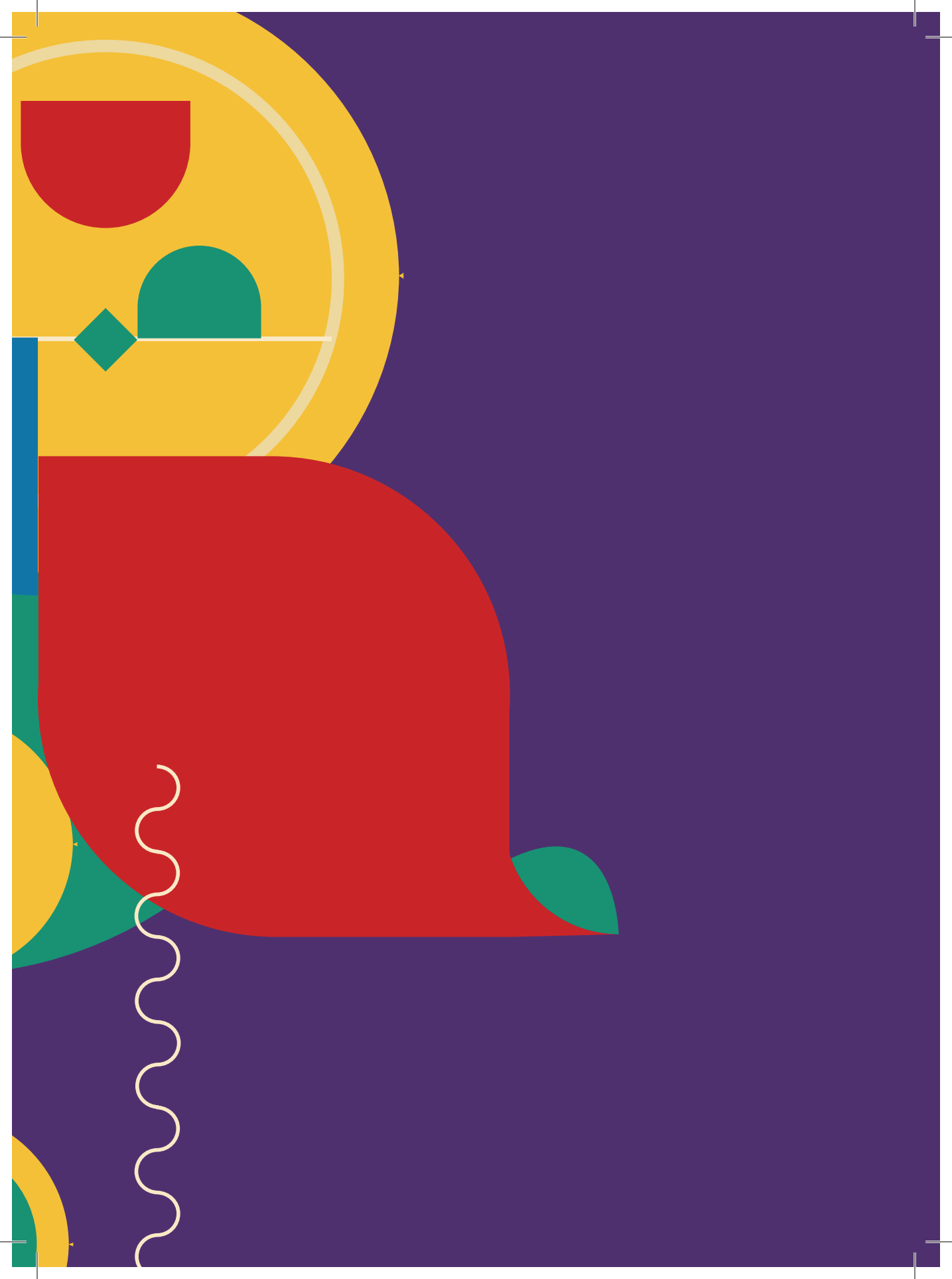
Os documentos e modelos desta seção são ferramentas práticas que facilitam a rotina dos gestores, promovem a transparência, fortalecem a organização e estimulam a participação cidadã. Use-os como base, mas adapte à realidade do seu território. O importante é manter uma gestão simples, eficiente e acolhedora.



Dica!

Imprima esses modelos e monte um caderno de uso diário no seu equipamento. Isso facilita o trabalho da equipe e ajuda a criar uma cultura de registro, planejamento e avaliação.







Cooperação:



Realização:

TERRITÓRIOS DA CULTURA

NOVO PAC
DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

MINISTÉRIO DA CULTURA

GOVERNO DO **BRASIL**
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

ISBN 978-659820152-4



9 786598 201524